

**B**

ia, como era conhecida Maria Isabel, tinha algo em comum com mais de 70 mil outras crianças que vivem em Portugal: estava sinalizada por uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Mesmo assim, a menina de dois anos foi espanca-

da pelo padrasto, Herlander Bexigas, e morreu, no dia 11, enquanto o irmão, de quatro anos, também vítima de agressões violentas, permanece internado no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

O crime no bairro do Zambujal, em São Julião do Tojal

(Loures), dois dias após João Barata, um pai desempregado, alcoólico e toxicod dependente, assassinar Henrique, o filho de cinco meses, com uma facada no coração, no apartamento de Linda-a-Velha (Oeiras) em que viviam, numa alegada vingança por a



À escuta do silêncio dos inocentes

DUAS CRIANÇAS FORAM MORTAS E MUITOS MILHARES CONTINUAM EM RISCO. RESPONSÁVEIS EXPLICAM COMO PODEM SER AJUDADAS

CRIANÇAS E JOVENS CONTINUAM A SER VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

mulher ter anunciado que iria deixá-lo, trouxe para as primeiras páginas dos jornais e aberturas dos noticiários televisivos os maus-tratos de que crianças e jovens são vítimas em Portugal. Mesmo quando não é preciso chorar pelo sangue derramado.

“Um dólar gasto em prevenção equivale a 19 que não se gastam na reparação”

Armando Leandro
Presidente da CNPCJR

“A grande maioria dos casos corre bem. Qualquer caso, sobretudo os mais graves, aflige-nos a todos, mas não devemos sentir-nos derrotados. Devemos é melhorar a capacidade de diagnóstico, de sinalização e de mobilização. Infelizmente há casos

imprevisíveis, que também acontecem em países mais organizados. Não devemos é conformar-nos com isso”, disse à ‘Domingo’ Armando Leandro, o juiz conselheiro jubilado que preside à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em ▶

► Risco (CNPQJR) desde 2005. No início da semana, admitira que algo falhou em Loures no caso de Bia e do seu irmão, sem deixar de salientar “o grande trabalho” feito pelas comissões espalhadas pelo País.

Prevalência da família

Antes das mais recentes mortes de menores às mãos de quem lhes devia assegurar o bem-estar, já a presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC), Dulce Rocha, defendia a criação de um Plano Nacional para a Prevenção da Violência contra Crianças, apostando na informação da população em geral, para estar mais atenta a casos preocupantes, e na formação de profissionais capazes de “lerem sinais” daqueles que têm maior dificuldade ou mesmo impossibilidade de comunicar os maus-tratos, devido à idade ou a deficiências.

Segundo a magistrada, que presidiu à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco entre 2003 e 2005, existe uma necessidade

de integrar políticas e medidas, como em alguns países do Norte da Europa. “Preconizamos uma maior informação de toda a comunidade. Se os vizinhos souberem quais os sinais de maus-tratos, interpretarão melhor aquilo de que são testemunhas”, explica. E pode ser a diferença entre vida e morte.

No caso do bebé de Linda-a-Velha, que nem sequer estava sinalizado, a presidente do IAC lamenta que ficasse em casa com o pai enquanto a mãe trabalhava. “Se frequentasse uma creche ou jardim de infância, a criança que foi esfaqueada estaria vigiada. Neste caso, a própria família não quis acreditar que ele teria coragem de fazer aquilo, como se fosse preciso coragem. O que é preciso é perversidade”, diz Dulce Rocha, criticando o excesso de “romantização” das famílias.

No entanto, a prevalência da família e a defesa do superior interesse da criança são dois “princípios fundamentais” que Armando Leandro entende ser necessário concii-



“Preconizamos uma maior informação de toda a comunidade”

Dulce Rocha
Pres. do Instituto de Apoio à Criança



“Em alguns casos, os bebés têm de ser protegidos das próprias famílias”

Rui Pereira
Professor universitário

liar. “Deve haver um primado da intervenção mais informal, desde que seja capaz, suficiente e adequada. Se o problema puder ser resolvido no seio da família, não há legitimidade para intervir de outra forma”, defende o presidente da CNPCJR. Chegar a consensos com os detentores do poder paternal, ajudando as famílias, é uma prioridade dos técnicos que estão espalhados pelo território nacional. “Existia a ideia de que as comissões serviam para retirar crianças às famílias, mas 90 por cento das medidas são aplicadas no seu seio”, garante o juiz jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

“Em alguns casos, os bebés têm de ser protegidos das próprias famílias”, contrapõe o professor universitário Rui Pereira. O ex-ministro da Administração Interna, que vê a polícia “muito mais preparada para lidar com a realidade da violência doméstica”, tem defendido que os tribunais que julgam tais casos deveriam também encarregar-se da questão da responsa-



MARIA ISABEL, DE DOIS ANOS, FORA SINALIZADA



HERLANDER BEXIGAS MATOU A ENTEADA



A MENINA VIVIA NO BAIRRO DO ZAMBUJAL

bilidade parental, remetida para tribunais de família.

Segundo Rui Pereira, ainda há muito a fazer. “Antes de os tribunais atuarem, as comissões de proteção de crianças e menores não têm condições humanas e materiais para responderem à multiplicidade de casos que vão surgindo. Uma criança sinalizada que está seis, sete, nove meses à espera de que se faça qualquer coisa pode morrer entretanto.”

Meios reclamados

Reunidas há duas semanas na Marinha Grande, 17 comissões de proteção de crianças e jovens – incluindo as da Amadora, Loures e Lisboa Norte – criticaram a decisão de o Instituto da Segurança Social retirar técnicos de reforço dessas entidades, considerando que a falta de pessoas põe em causa a capacidade de resposta. Foi denunciado um “retrocesso de dez anos” nos recursos humanos necessários para “responder, com a urgência e eficácia devidas, às múltiplas situações de perigo a que as crianças e jovens estão expostas”.

Também o secretário-geral do PS, António Costa, acusou o Governo, durante um encontro com militantes em Bragança no fim de semana passado, de paralisar as comissões de proteção devido à colocação de 600 funcionários da Segurança Social na lista de requalificação. “Se há serviço que o Estado não pode deixar de considerar prioritário, é precisamente acudir às crianças e jovens em risco, e aquilo que foi feito nos despedimentos da Segurança Social está a afetar diretamente estas crianças e estes jovens. Isto é absolutamente inaceitável”, referiu.

“As comissões fazem um trabalho brilhante, muito empenhado, mas por vezes com dificuldades”, reconhece Armando Leandro, enquanto Dulce Rocha acredita que a ▶



“Existia a ideia de que as comissões serviam para retirar crianças às famílias”

“Fazem um trabalho brilhante, muito empenhado”

Armando Leandro
Pres. da CNPCJR



JOÃO BARATA ESFAQUEOU O SEU FILHO DE CINCO MESES, HENRIQUE, NO CORAÇÃO



INSTITUIÇÕES SERVEM PARA ACOLHIMENTO E REPARAÇÃO DE MAUS-TRATOS



REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO ACOLHEU MAIS DE 2000 CRIANÇAS DESDE 1985



TRIBUNAIS SÃO ÚLTIMO RECURSO QUANDO FAMÍLIAS NÃO DÃO GARANTIAS



POLÍCIA ESTÁ MAIS ATENTA A PROBLEMAS DE CRIANÇAS E JOVENS

► escassez de recursos “tem algum impacto mas não é determinante e não pode ser justificação para não intervir”. Porque já houve alturas em que nem sequer havia comissões e porque as que existem sabem definir prioridades entre os processos que têm em mãos, privilegiando aqueles em que haja suspeita grave de maus-tratos.

Denúncias telefónicas

O psicólogo Luís Villas-Boas, diretor do Refúgio Aboim Ascensão, em Faro – com 30 anos de experiência no acolhimento e reequilíbrio de crianças em perigo ou que foram vítimas de violência doméstica –, não subscreve que haja falta de meios e diz que “é hora de racionalizar os que existem” e conseguir que haja uma prevenção interventiva. “Se alguém faz um alerta telefónico durante as horas de serviço – e os dramas não costumam acontecer a essas horas –, esse apelo deveria corresponder a ação imediata”, afirma, dando o exemplo do ‘telefono azzurro’ [telefone azul], que existe em Itália há 25 anos. “Faz-se a chamada e, minutos depois, estão os carabinieri [agentes da polícia] à porta para tomar conta da ocorrência.”

A linha SOS – Criança, do Instituto de Apoio à Criança (número gratuito 116 111), recebeu 223 chamadas por mês ao longo de 2014. Dulce Rocha reconhece que, embora retire entraves à participação, a confidencialidade garantida aos autores das denúncias “tem sempre a desvantagem de não podermos voltar a contactar” para obter informações adicionais. E até já houve um caso em que, ao ouvir barulho de chicotadas no prédio, uma pessoa indicou o piso errado.

Já Armando Leandro admite que “a denúncia tem um simbolismo negativo, mas essa sinalização é virtuosa, porque é a favor da criança”.